



# alavanca

19

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço \$350

CCTP - IN  
CENTRO DE  
DOCUMENTAÇÃO

S 330  
Nº  
1



## A CONSTRUÇÃO SOCIALISTA DA ECONOMIA É TAREFA DE TODOS OS TRABALHADORES

### PLENÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA INTERSINDICAL

**AVULSAS DE SANTARÉM**

PÁG. 18

**alavanca**

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

N.º 19

23 de Abril de 1975

DIRECTOR INTERINO:

José Luís Judes

24 páginas

Preço avulso, 3850

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Av. Duque de Loulé, 83-3-A  
Telefs. 5 99 93/4 57 12 — LISBOA-1

DELEGAÇÃO NO NORTE

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO

Rua de Santa Catarina, 922-1-0  
Telefs. 360752/59 PORTO

Distribuição para pontos de venda

ao público:  
Distribuidora «O SÉCULO».

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Empresa do Jornal do Comércio,  
S. A. R. L.**alavanca****RÁDIO**

A VOZ DA INTERSINDICAL TODOS OS DIAS DAS ZERO AS DUAS DA MADRUGADA ATRAVÉS DS ONDAS MÉDIAS DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS (A EMISSORA DA LIBERDADE)

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES PARA TODOS OS TRABALHADORES

**edito  
rial**

Agora que Portugal entrou decisivamente na via socialista, é necessário que os trabalhadores se consciencializem de que a economia não mais lhes é estranha, não mais é assunto de alguns mas sim de todos e para todos. É necessário que os trabalhadores portugueses, por si e através da sua central unitária — a Intersindical Nacional — metam ombros às novas e decisivas tarefas que se impõem de momento e que são fundamentais para a evolução do processo revolucionário português.

A análise da situação actual e as tarefas que se põem aos trabalhadores motivaram a convocação pela Intersindical de um plenário extraordinário que reuniu em Lisboa, no passado fim de semana, 160 delegados de 104 sindicatos de todo o País.

De destacar a presença, pela primeira vez como membros de pleno direito, dos representantes dos trabalhadores rurais dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Lisboa, os quais, através das suas intervenções, trouxeram novo e valioso contributo ao desenrolar dos trabalhos. Mas não foram apenas as suas intervenções que marcaram este Plenário, rico em experiência e do qual saíram documentos importantes e de grande importância.

**«ALAVANCA»**

É TRANSPORTADO PARA TODO O PAÍS NOS COMBOIOS DA C. P.

# AS NOVAS TAREFAS DOS SINDICATOS

cadar do processo revolucionário português e do reforço da aliança dos trabalhadores e do reforço da aliança Povo-M.F.A. Foram centenas de intervenções que se fizeram ouvir ao longo destes dois dias de Plenário, todas elas decisivas para o processo. Os trabalhadores portugueses, através dos seus dirigentes sindicais, demonstraram bem que estão com o processo revolucionário e se mantêm atentos e vigilantes, decididos a não permitir que se verifiquem retrocessos.

As causas políticas e consequências económicas das nacionalizações recentemente feitas foram objecto de uma exposição do Secretariado da Inter que veio a ser aprovada por unanimidade e aclamação. Na sua sequência, foi aprovada uma proposta de apoio ao Conselho da Revolução pelas medidas tomadas e em que se aponta a necessidade daquele or-

ganismo revolucionário institucionalizar o controlo da economia das empresas pelos trabalhadores.

A política salarial, que deve ser considerada num todo e não sectorialmente, foi outro dos problemas abordados nesta reunião plenária onde foram ainda aprovados princípios gerais, mas fundamentais, relativos à Reforma Agrária e à organização sindical.

O Plenário aprovou ainda, por unanimidade, a necessidade de realizar o Congresso Nacional dos Sindicatos, aberto a todos os Sindicatos, e escolheu como data provável os dias 28 e 29 de Junho.

Fielho interesse de que se revestem para todos os trabalhadores (e por que «Alavanca» é o jornal dos trabalhadores), publicamos neste número, em suplemento destacável, os documentos fundamentais aprovados neste Plenário.

**alavanca**

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

Av. Duque de Loulé, 83-3-A — LISBOA

**BOLETIM DE ASSINATURA**

Modalidade de assinatura:  6 meses ( 85500)  
 12 meses (165500)  
(Riscar o que não interessa)

Nome .....

Morada .....

Profissão .....

Local de cobrança .....

O pagamento pode ser feito em cheque ou vale postal dirigido a «ALAVANCA».

# AUXILIARES DO SERVIÇO SOCIAL: Reestruturar uma profissão

O que é um profissional de serviço social? Vamos por partes. Existe um Sindicato dos Profissionais de Serviço Social do qual fazem parte as chamadas assistentes sociais e as auxiliares. Aqui para nós, que ninguém nos ouve, tanto as primeiras como as segundas desempenham as mesmas tarefas, no entanto, existem desigualdades. Os salários, por exemplo, são diferentes. Por outro lado, enquanto que as assistentes desempenham um trabalho de «secretária», as auxiliares desenvolvem a sua acção, principalmente junto das populações. Desta divisão de tarefas resulta uma descoordenação de trabalho a que urge pôr termo.

Em face desta situação, as auxiliares de serviço social reuniram-se em diversos plenários tendo, por fim, eleito um grupo de trabalho que se debruçou sobre os problemas que mais afectavam a classe.

Foi justamente com esse grupo de trabalho que conversámos, tentando, assim, saber alguma coisa sobre os seus problemas.

«O regime fascista serviu-se de nós para escamotear a verdade» começou por nos afirmar Maria Ezilda Neves. E prosseguiu: «Por que razão as empresas tinham assistentes sociais? É muito simples. A nossa profissão desenvolve-se no seio dos conflitos sociais, sendo a nossa função evitar esses conflitos. Éramos utilizadas para «deitar água na fervura». Quando lamos um pouco mais além, travavam-nos os movimentos.»

Mas por que razão existem duas categorias, as assistentes sociais

nismo com por vezes se tenta fazer crer. Realizámos um plenário a 8 de Junho onde foi eleito este grupo dinamizador e, logo em seguida, elaborámos um trabalho no qual analisámos os nossos problemas mais prementes.»



Deste trabalho foram enviadas fotocópias aos diversos Ministérios ligados ao serviço social, nomeadamente Ministério dos Assun-

série de meses de luta, tudo ficou na mesma. Mas havia que não desistir. «Em face desta nova situação, resolvemos realizar uma manifestação — adiando-nos Arménia Lourenço — quando o Ministério dos Assuntos Sociais tomou conhecimento da manifestação, convocou-nos imediatamente, isto no passado dia 15. Finalmente dispuseram-se a olhar para o nosso caso. Entretanto realizou-se já a primeira reunião e, ao que parece, vamos ter bastante que fazer. Para sermos sinceras, sentimos-nos um pouco isoladas, pouco apoiadas. Justamente por isso pensamos pedir auxílio à Intersindical, aliás a conselho da própria classe.»

Para lá desta reivindicação, as auxiliares de serviço social querem ir mais longe, pretendem reestruturar a sua profissão. Sobre o assunto Arménia Lourenço declarou-nos: «Os cursos para assistentes e para auxiliares deverão,

que disse a uma pessoa que não era mão dela.

Isto é inadmissível. Não queremos dizer com isto que devemos ser paternalistas, isso não. Não devemos dar soluções às pessoas mas antes ajudá-las, acompanhá-



«las. Como já disse, o nosso trabalho tem que estar intimamente ligado às populações, não pode ser de secretária.»



tos sociais e Ministério da Educação e Cultura. No entanto, os Ministérios, ao que parece meteram o relatório na gaveta.

Por isso mesmo, o grupo de trabalho resolveu tomar medidas. Vajámos o que nos contou Maria Ezilda Neves: «Em Outubro, como não tivésemos obido qualquer resposta, fomos ao Ministério dos Assuntos Sociais para ver o que se passava. Disseram-nos, então, que o relatório se tinha perdido. Enviámos segundas vias e aguardámos os resultados. Pretendíamos, fundamentalmente, que fosse publicado um despacho em que se decretasse a unificação das duas categorias. Em Janeiro apareceu finalmente um despacho, mas não correspondia, de forma alguma, à nossa reivindicação mais premente, a unificação.»

Quer isto dizer que, após uma

igualmente, ser unificados. Deverão, além disso, ser de formação livre, uma formação adequada às necessidades socio-económicas do País. Até aqui este curso tem sido uma espécie de escola de caridade.»

No meio disto tudo, qual o lugar da auxiliar ou da assistente social, na sociedade do futuro que se pretende construir? Eis a opinião de uma das nossas entrevistadas: «A nossa profissão tem que ser fundamentalmente dinâmica e não estática. Queremos que o serviço social esteja ao dispor de todos os trabalhadores. Para que isso aconteça o trabalhador do serviço social tem que fazer parte integrante da comunidade. Temos que nos juntar às pessoas e lutar a seu lado contra a exploração de que todos fomos vítimas. Tomámos conhecimento do caso de uma assistente social

Finalmente, aqui fica expressa a certeza de que a unificação será uma realidade, custe o que custar:



«Através das reuniões distritais que temos realizado, sempre as nossas camaradas nos têm apoiado. Reivindicaremos a unificação seja como for e iremos até ao fim.»

e as auxiliares? Eis a explicação que nos foi dada por Arménia Lourenço:

«A nossa escola foi criada pelo Ministério da Educação Nacional com o fim de formar pessoas que, a um preço mais barato, fizessem o mesmo trabalho que as assistentes sociais. É pela unificação das duas categorias que lutamos neste momento. Conviém salientar que esta nossa luta teve início anteriormente ao 25 de Abril, não se trata de um oportu-

CAMPESINHO

# TRABALHADORES EM LUTA

## Gráficos: ACABAR AS ACUMULAÇÕES PARA EVITAR O DESEMPREGO

Vem merecendo uma ampla discussão entre a classe dos gráficos o caderno reivindicativo para aqueles trabalhadores. Em várias reuniões, plenários, a classe tem estado a elaborar um projecto que visa a conquista de um contrato de trabalho único, assegure medidas contra o desemprego e resposta de forma decisiva ao aumento do custo de vida.

O caderno reivindicativo é efectivamente uma «salvação» para o C.C.T. e entrou em vigor no passado dia 1, prolongando-se até 31 de Outubro do ano em curso.

Numa das reuniões do quadro nocturno dos gráficos da Imprensa diária do Porto o suplemento de 25 % de trabalho nocturno mereceu particular atenção por parte da classe: com efeito, o patronato nunca pagou aos gráficos o que lhes é devido nesse capítulo. O mesmo não sucedeu com outros trabalhadores do sector, que recebem aquele subsídio ou que os gráficos consideraram como uma manobra de divisão que o patronato está a usar. Outro ponto de relevo nessa reunião foi o problema do duplo emprego, situação que está em flagrante contradição com o crescente desemprego que alastra no nosso país.

Mas o projecto dos gráficos apresenta muitos pontos de grande interesse, reivindicações que a classe sempre desejou e que é necessário agora dar forma de lei.

No que respeita a tabelas salariais é importante verificar que o caderno reivindicativo reduz substancialmente as diferenças de vencimento. Também aqui reduz-se o leque salarial.

Como se sabe, essa plataforma é de âmbito nacional e constitui uma justa melhoria para milhares de trabalhadores, não só pelo facto de que o caderno reivindicativo uniformiza a tabela salarial ao acabar com as diferenças entre a cidade e a província, mas também porque acaba com a distinção entre trabalhadores dos jornais de «grande», de «pequena expansão» ou de «expansão local», isso a nível da Imprensa diária.

Um dos pontos de relevo, nesse aspecto salarial, é o previsto para os profissionais de encadernação que agora com um leque salarial restruído, com ordenado mínimo de 600000 e máximo de 10300000. Registe-se que os trabalhadores da encadernação foram sempre dos mais mal pagos da classe dos gráficos.

A preocupação dos gráficos no que respeita à luta contra o desemprego fica bem patente em algumas cláusulas do caderno reivindicativo, nomeadamente a que se refere à admissão de trabalhadores. Segundo a plataforma, para qualquer admissão ou preenchimento de vaga, são as entidades patronais obrigadas a recrutar os trabalhadores dentro dos que constituem a lista de desempregados inscritos nos respectivos sindicatos, e que este terá de fornecer à entidade patronal no prazo de cinco dias. No caso de não haver desempregados inscritos no sindicato as admissões serão de exclusiva competência da entidade patronal.

Mesmo os efeitos da reconversão tecnológica são contemplados na plataforma dos gráficos, que em tal caso propõe: «são as entidades patronais obrigadas a preencher os novos postos de trabalho, ou quaisquer vagas que ocorram, com trabalhadores gráficos ao seu serviço, ou, na impossibilidade de assegurar aos respectivos sindicatos.» O caderno reivindicativo dos gráficos pondera ainda a abolição do período experimental.

O limite máximo para o horário de trabalho, de acordo com o caderno reivindicativo, será de 42 horas e meia por semana, limite máximo para o período diurno divisível por cinco dias. Na imprensa diária mantêm-se o limite máximo de 36 horas semanais (período diurno) e ao turno nocturno o mesmo limite, mas acrescido de remuneração de 25 %.

São proibidos os despedimentos sem justa causa; é proibido o trabalho extraordinário, a não ser quando consentido em plano de trabalhadores por iniciativa patronal e convocados pelo delegado sindical; é instituído o 13.º salário. Eis outros pontos de grande importância na plataforma proposta pelos gráficos.

Também a acção dos dirigentes e dos delegados sindicais é protegida no documento, que prevê formas muito concretas para assegurar a liberdade de acção sindical e salvaguardar meios para que os representantes dos trabalhadores possam defender com eficácia a segurança dos interesses da classe.

Entretanto, numa reunião muito participada, que teve lugar no salão do INATEL em Lisboa, que precedeu uma longa série de reuniões por sector — a classe é bastante diversificada — o caderno reivindicativo foi alvo de uma

pormenorizada análise por parte de Ernesto Gonçalves da Silva, dirigente sindical, enquanto o presidente da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Porto, Armando Teixeira da Silva, lançou um alerta aos seus camaradas para as manobras de sabotagem por parte do patronato e chamou a atenção para os perigos de desemprego, apelando para o retorno da unidade na classe e apontando para a necessidade de se travar o aumento do custo de vida. Também os boatos que a reacção andou a espalhar pelo País mereceram a atenção do dirigente sindical, que afirmou ser necessário denunciar as manobras sempre que os trabalhadores delas tenham conhecimento.

Durante a reunião foi aprovado, com o voto unânime dos trabalhadores, o seguinte telegrama enviado ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e ao Conselho de Revolução:

«Trabalhadores gráficos em reunião geral apelo medidas anti-monopólios tomadas pelo M.F.A. reafirmam luta pela concretização do processo revolucionário iniciado no 25 de Abril contra os monopólios, contra o aumento do custo de vida e os despedimentos, pela actualização de salários e pelo congelamento de preços.»



MENSOR

«Os trabalhadores da MENSOR, empresa pertencente à Sociedade Nacional de Sabões, encetaram o 25 de Abril um processo de luta, em conjunto com as restantes Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais de todas as empresas do grupo, tendente a garantir o direito ao trabalho e acabar com os privilégios arbitrariamente praticados pelos mandatários do patronato. Faltam-nos num comunicado do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito do Lisboa.

Na sequência desta acção unitária, o administrador-delegado eng.º Rolão Gonçalves e o director-geral, Polo demitiram-se porque se viram estacados os seus privilégios, por aqueles que no tempo do fascismo designavam por «campanha».

No entanto os referidos senhores mostram-se «dispostos a lutar pela defesa» dos seus interesses do trabalho para isso constituíram uma firma concorrente a FARDATA, tendo vindo a desenvolver junto dos Ajudantes de Farmácia por «escravos».

Estes senhores apresentaram-se mesmo «como duas pobres vitimas» da exploração da força de trabalho na referida firma. «É evidente que estes indivíduos já se esqueceram dos «vencimentos anuais de 300 e 400 e tal con-

to que auteriam na anterior empresa fora as contas das refeições, as passagens ao estrangeiro, os carros da empresa para uso pessoal, tudo pago pela MENSOR. Em contrapartida os verdadeiros explorados auteriam à volta dos 300000.»

Mais à frente o referido comunicado acrescenta: «atendendo ao mercado restrito para as actividades que se dedica a MENSOR, os seus trabalhadores ficarão seriamente afectados de desemprego pela actualização da relação concorrida a FARDATA — que se propõe mandar executar grande parte dos seus serviços em Espanha», o que trata os Ajudantes de Farmácia numa abertura mínima de novos postos de trabalho com o respectivo desvio de divisas para fora do País.»

Para evitar estas manobras sabotadoras e reaccionárias os trabalhadores da MENSOR têm vindo a «esclarecer os Ajudantes de Farmácia» e outros trabalhadores receberam já «inúmeras provas de solidariedade, bem como o apoio do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia».

## CONSERVEIROS AMEACADOS

Os operários da fábrica de conservas Unilas, Lda., em Leça da Palmeira (Matosinhos), com o apoio do seu Sindicato, estão a desenvolver os esforços para reanunciar aquela unidade fabril, pois já se encontram em situação de subemprego, e a fábrica apresenta, numa situação financeira, que põe em risco o ganho-pão dos trabalhadores e mesmo a própria economia.

Com efeito, a última vez que a fábrica comprou peixe na loja de Matosinhos foi no segundo quinzena de Agosto e não foi paga até hoje a respectiva quantia, 92 centos, pelo que a loja deixou de fornecer. Entretanto, em Outubro, a administração ainda chegou a comprar sardinha na Figueira da Foz e desde então a fábrica não laborou mais, agravando-se de dia para dia a situação dos trabalhadores.

Os patrões limitaram-se, desde então, a cumprir a lei: pagaram aos trabalhadores apenas três dias de salário por semana. Pois já há três semanas que nem isto recebem a muita centena de operários daquela fábrica. E os que venceram até mais este momento só receberam metade do salário de Fevereiro.

«É necessidade de assegurar o emprego, de lutar organizadamente contra o subemprego e reanunciar a fábrica, e que os potenciais trabalhadores da Unilas, que inclusive já se deslocaram à delegação do Porto do Ministério do Trabalho».

Segundo apurámos, a fábrica pertence a um grupo de três (uma em Setúbal e outra em Ohão) e a sociedade, entre outros portugueses e um alemão, é há dia, em contacto com a sede em Lisboa, os trabalhadores foram informados de que não havia dinheiro para o subsídio de férias, o que levou à ocupação da fábrica. Entretanto, a sociedade em questão de emprego e o funcionamento da fábrica tem levado o Sindicato a proceder a várias diligências.

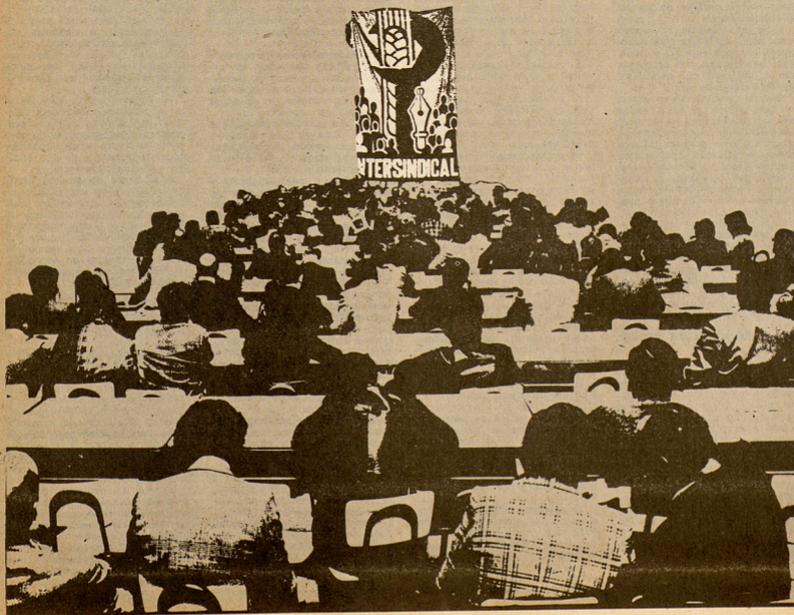
UNIDADE SINDICAL  
É A FORÇA DOS TRABALHADORES



**atavanca**

# PLENÁRIO DA INTERSINDICAL

- 1- NACIONALIZAÇÕES
- 2- POLÍTICA SALARIAL
- 3- CONGRESSO DOS SINDICATOS
- 4- PREVIDÊNCIA
- 5- REFORMA AGRÁRIA



# PROBLEMAS, CAUSAS POLITICAS E CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS

O processo revolucionário iniciado em 25 de Abril entrou, após a vitória popular de 11 de Março, numa fase decisiva.

Com a institucionalização do Movimento das Forças Armadas, com a decisão do Conselho de Revolução em 14 de Março de nacionalizar a Banca e os Seguros, com as recentes nacionalizações de sectores básicos da Indústria e Transportes, as medidas para fazer avançar a Reforma Agrária e para congelar os preços de produtos essenciais, decretados pelo Conselho de Ministros, foram dados passos muito importantes para criar as condições no campo económico que a situação política exigia.

Estas decisões correspondem ao avanço do processo revolucionário, à crescente consciência dos trabalhadores sobre a necessidade de medidas de fundo que arranquem das mãos dos monopólios e grandes agrários, as alavancas fundamentais do poder económico.

São decisões de carácter eminentemente político, cujas consequências económicas serão avaliadas de nova actualidade que os trabalhadores tomarem face ao processo produtivo.

O progresso social está intimamente relacionado com o processo económico. Em nenhum país a libertação dos trabalhadores foi conseguida sem que se criasse a sua força decisiva do processo revolucionário.

A herança fascista no campo económico, agravada pela sabotagem interna e externa, é demasiado pesada para que pensemos que a sua resolução será fácil, rápida e isenta de dificuldades.

Mas, tal como têm demonstrado na luta política, estamos certos de que os trabalhadores portugueses compreenderão a necessidade de tomar nas suas próprias mãos a defesa de produção, estabelecendo e desenvolvendo a economia, sem o que todas as vitórias já alcançadas poderão ser desvirtuadas e utilizadas pelos exploradores contra o processo revolucionário.

Nesta batalha a estrutura sindical tem papel decisivo a desempenhar. As novas condições políticas criam-nos novas e difíceis tarefas e uma responsabilidade ainda maior. A construção da sociedade socialista depende do trabalho que desenvolvemos em todo este período de transição.

## 2 — A estrutura da economia —

A estrutura económica herdada do fascismo tem de ser radicalmente alterada para poder ser colocada ao serviço dos reais interesses do povo português.

Com a complicidade e no interesse do regime fascista, o imperialismo e os grandes grupos económicos impuseram a Portugal o papel de país simultaneamente colonizador e colonizado. Procederam a uma elevada concentração do poder económico, fundindo o estreitamento com o aparelho fascista, estabelecendo os trabalhadores mantendo-se na miséria.

Com o controlo dos sectores-chave para o desenvolvimento económico, os monopólios molda-

ram a economia dos seus interesses reaccionários. Esta política económica reflecte-se em uma série de aspectos cuja análise é necessária para que avancemos conscientemente na defesa fundamental que se impõem na actual marcha para a construção de uma sociedade socialista.

**Sintetizando os principais aspectos temos:**

a) grande distorção dos sectores económicos, com a não criação e crescimento da produção de bens indispensáveis ao desenvolvimento económico e sobredimensionamento de outros cuja produção interessava fundamentalmente os monopólios estrangeiros;

b) estagnação da produção agrícola, voltando este sector ao fornecimento da força e trabalho para as cidades e para o estrangeiro; proletariano acelerado do monopólio e concentração da propriedade em benefício dos grandes agrários; exploração da riqueza criada no sector através de impostos de alto nível nos preços ao produtor e de organização corporativa que comercializava os produtos;

c) grande dependência do sector industrial em relação aos mercados externos, na tecnologia, nos fornecimentos e no escoamento dos produtos; existência de sectores-chave pelos grandes monopólios e que, em conjunto com o domínio do sector financeiro e o colapso do sistema fiscal, lhes permitiu transferir para as suas recheadas contas bancárias parte da mais valia gerada em certos sectores e médias empresas;

d) existência dum sector de serviços empolado, ocupando percentualmente tantos trabalhadores quanto os países com forças produtivas mais avançadas;

e) grande dependência de internacional, dominada pelos monopólios e governos que os representam; enquanto a importação de grande número de produtos não pode ser dispensada, os produtos exportados são na sua maioria os mesmos que há 20 anos; concentração do comércio, produção dos sectores industriais, transformação que se escam a maioria dos capitais que têm abandonado o País;

f) baixo poder de compra das classes trabalhadoras e paralela existência de capacidade com o consentimento e consequente não satisfação das necessidades populares, o que obedece à contradição fundamental da sociedade capitalista: o crescimento da produção e apropriação privada dos meios de produção;

g) baixo nível e ritmo de desenvolvimento da economia, desigual ritmo de desenvolvimento dos sectores económicos (1,5, 9 e 6,5) para a agricultura, a indústria e os serviços entre 1960 e 1974;

h) existência dum grande número de pequenas empresas (em 1970 mais de 86% das sociedades tinham menos de 10 trabalhadores);

i) grande penetração do capital estrangeiro que, tal como em muitos outros países, a sua «disposi-

ção», retrava quantitativos maiores do que os investidos (em 1973 saíram mais 1,5 milhões de contos que os entrados).

E, para colmar tudo isto, o vertiginoso aumento do custo de vida, a política fiscal orientada contra os magros proventos da classe trabalhadora, o ensino praticamente fechado aos filhos dos trabalhadores, a prevalência das receitas (lucrando ajudando a sustentar os custos da guerra colonial, a situação caótica dos transportes que aumentava a jornada de trabalho).

O 25 de Abril foi o primeiro passo para a alteração desta situação. Depende das alterações na estrutura económica o avanço do processo revolucionário, em que os trabalhadores estão vitalmente interessados, criando-se as condições que não nos permitem voltar para uma situação semelhante à que existiu nos últimos 48 anos.

## As nacionalizações democráticas, o desenvolvimento económico e o progresso social

A grande burguesia, detentora dos monopólios e dos latifúndios, é o inimigo principal do actual processo revolucionário. O seu poder e os seus tentáculos dominavam todos os exploradores accionistas, obrigando a adoptar mais diversas formas o processo revolucionário, recorrendo para tal ao poder económico que ainda detinha.

As nacionalizações foram decisões políticas que visam em primeiro lugar combater a sabotagem económica dos sectores industriais da reacção as alavancas principais da economia.

Mas são também decisões que criam as bases para um desenvolvimento económico orientado para a satisfação das necessidades populares.

A criação e extensão dum amplo sector social da economia, que escapará à lógica capitalista do lucro, é um instrumento, um meio, que o Estado Democrático e os trabalhadores utilizaram para desenvolver a economia dum forma racional, para organizar a produção dos sectores industriais. Transformar esse sector social num poderoso motor do desenvolvimento económico — permitir à pequena e média empresa o fim dos estrangulamentos a que o grande capital o vinha a sujeitar, com o consequente crescimento económico e o fim dos despedimentos que se processavam», como foi afirmado no Comício da Independência de 19 de Março, no Campo Pequeno.

Isto significa, camaradas, que temos de ter presente que as empresas a nacionalizar são apenas as que se enquadram em critérios bem determinados.

Também temos de distinguir o interesse da decisão de concentrar os nossos esforços na resolução dos principais problemas.

A existência do capitalismo monopólio não ajuda a sociedade a atingir entre a apropriação privada e a crescente socialização da produção, cria as condições económicas para tal como em muitas sociedades mais justas que os tra-

balhadores aspiram de há muito.

A nacionalização das empresas-chave encontrada neste aspecto facilitada pela sua elevada concentração, por serem empresas que vivem no campo público, por dominarem sectores importantes para o desenvolvimento, por responderem a funções colectivas essenciais e por constituírem centros de acumulação de riqueza que terá de ser desviado para investimentos produtivos noutros sectores.

No actual processo revolucionário pensar que se deveriam nacionalizar todas as empresas, ou uma maioria, ou mesmo as essenciais de todos os ramos da economia, constituiria um grave erro não só político como económico. Assim o provam as experiências doutros povos que encostaram a via da libertação da exploração.

Devemos ter sempre presente que a capacidade de gerir eficazmente a empresa, as sectores e a economia em geral, será adquirida na prática, com o avanço do processo revolucionário, com o controlo sobre a produção que constitui uma das nossas tarefas principais.

A nacionalização de empresas, pequenas ou médias, sem a consequência política que arrastaria no aparelho de Estado ou fazer do Estado o responsável por problemas que só a longo prazo serão resolvidos.

Neste campo a nossa acção de esclarecimento e organização desempenhará um importante papel, bastando lembrarmos-nos de que aconteceu no Chile, em cujos sectores não podemos, cá, nem calar-nos certamente.

As nacionalizações irão permitir o esclarecimento mais concreto dos diversos sectores económicos e a planificação do conjunto do sector e da economia, condição essencial da sua eficiência e rentabilidade social.

A utilização do produto social do trabalho, não em função dos interesses dos monopólios, mas sim conformes aos interesses do Povo deve ser o objectivo essencial de planificação democrática da economia na qual, como em outros aspectos da economia, os trabalhadores desempenharão o papel decisivo.

## 3 — Tarefas dos Trabalhadores e da sua organização sindical

É necessário que os trabalhadores tenham consciência que não lhes é estranha ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles. Isto implica a afirmação clara do princípio de controlo organizado da produção pelos trabalhadores para objectivos de produção e eficiência, econdição para a sua participação de planeamento, segundo esboçados a definir com brevidade.

Esta é a orientação definida pelo Conselho da Revolução e o Programa Económico. Depois de referir outras medidas que se impõem, o Conselho da Revolução aponta a mobilização dos trabalhadores para o emprego produtivo, mobilização necessária à

construção da sociedade desejada pelo povo português.

A importante declaração do Conselho da Revolução, posteriormente repelida pelo Primeiro-Ministro, demonstra que a Revolução Portuguesa entrou na sua fase decisiva, que se está a dar importantes passos para alcançar o poder dos monopólios latifundiários e a criarem-se as condições para uma grande mobilização dos trabalhadores portugueses para tomar nas suas mãos o controlo da produção e do objectivo de a fazer crescer rapidamente?

O reforço da organização sindical e do esclarecimento sobre a nova situação económica são agora mais necessárias e urgentes que nunca.

## CONTROLO DA PRODUÇÃO

### a) A nível de empresa

O controlo da produção pelos trabalhadores não deve ficar limitado às empresas nacionalizadas, deve alargar-se a todas as empresas com dimensão económica significativa.

As empresas nacionalizadas pertencem ao Estado Democrá-

co que corresponde, no essencial, às necessidades actuais do processo revolucionário, e não aos trabalhadores que nelas labutam.

E fomentar o divisionismo no seio dos trabalhadores e não as condições para os isolar, propõem as empresas nacionalizadas, formas de autogestão que terão como consequência desviar as forças dos trabalhadores para aspectos secundários da luta.

As comissões sindicais têm uma importante tarefa a desempenhar e, com o auxílio de todos os departamentos de trabalho, contribuirão não só para o reforço da organização sindical como também para um efectivo controlo que vise uma maior eficiência produtiva das empresas.

Nesta primeira fase, o conhecimento concreto do equipamento e meios existentes no processo produtivo terá como consequência a reconversão das empresas para permitir o total aproveitamento dos meios existentes e consequente diminuição do desperdício, o que adopto de métodos mais produtivos de funcionamento.

Os objectivos essenciais do controlo podem sintetizar-se no controlo de Tesouraria, de conta-

bilidade e dos níveis de «stocks» de produtos finais e de matérias-primas em vigiância, e a acção contra todas as tentativas de baixar a produção e para que as necessidades constem no plano sejam atingidas na poupança de energia e dos produtos utilizados e na recusa de proceder a importações que a economia nacional está em condições de produzir.

As restantes medidas económicas já anunciadas, em conjunto com as nacionalizações decretadas assegurarão que os aumentos devidos ao esforço dos trabalhadores venham a beneficiar os próprios trabalhadores.

A participação activa de todos os trabalhadores no controlo da produção é na actual fase do processo revolucionário, a condição essencial que determinará o avanço deste.

### b) A nível dos sectores

O processo de verticalização sindical que está já a ser levado a cabo, ganhará, nas actuais perspectivas económicas, uma responsabilidade maior. O maior esforço de reconversão da economia será, no nível dos sectores, as

Sindicatos, coordenando a acção das diversas comissões sindicais de sectores. A acção na reconversão deste, caberá um investimento tarefa a nível de fornecimento e controlo da produção. Um exemplo a apontar é o dos trabalhadores do ramo automóvel que constituiram já uma Comissão sectorial para estudar e propor a reconversão do sector, adaptando-se às reais necessidades do povo português.

O processo de verticalização, que terá de ser levado a cabo, rapidamente, contribuirá eficazmente para a realização das condições para uma planificação económica democrática no nosso país.

### c) A nível da Interindustrial

Em relação com estes problemas caberá à Interindustrial pronunciar-se sobre os problemas gerais que o processo vier a revelar, entre os quais avulta a participação de pleno direito nos órgãos centrais de planeamento.

O reforço da democraticidade interna nos sindicatos permitirá que o plenário fortaleça o seu papel de coordenador e de vanguarda da actividade Sindical do País.

O Secretariado Nacional

# PROPOSTA SOBRE AS NACIONALIZAÇÕES

Considerando:

a) Que o processo revolucionário entrou, após a vitória popular de 25 de Março, numa fase decisiva, do avanço da qual dependerão todas as conquistas já alcançadas;

b) Que as históricas medidas económicas decretadas e já anunciadas pelos Conselhos da Revolução e de Ministros correspondem aos objectivos imediatos da luta que os trabalhadores tinham já definido;

c) Que a situação económica coloca, aos trabalhadores, novas e difíceis tarefas, tais como o controlo da produção e do desenvolvimento económico planificado e orientado para responder às necessidades sociais;

d) Que os trabalhadores estão vitalmente interessados em levar para a frente as tarefas que se lhes põem neste período de transição económica para uma sociedade socialista;

e) Que as decisões tomadas, por atacarem os centros do poder económico da grande burguesia, estão já a ser utilizadas pela reacção para lançar uma campanha caluniosa contra o poder revolucionário, trocandamente de negar o seu amplo alcance;

f) Que as nacionalizações democráticas, por atingirem o poder dos monopólios e por ser decretadas pelo poder democrático e o seu consequente avanço revolucionário, constituem medidas que conjugadas com o presente mobilização dos trabalhadores atingirão o objectivo de progressivamente consolidar a via que nos levará a uma sociedade em que não

tenha lugar a exploração do homem pelo homem;

g) Que ao movimento sindical se impõe uma ampla campanha de mobilização, esclarecimento e organização dos trabalhadores, que crie as condições para que estes desempenhem o papel essencial na batalha económica e política dos trabalhadores herdados do fascismo e agravados pela sabotagem económica, interna e externa;

1. — Que seja comunicado ao Conselho da Revolução o apoio do Plenário da Interindustrial às nacionalizações decretadas e às já anunciadas para ao serviço da economia nacional e do Povo Português;

2. — Que os Sindicatos, as Comissões e a Interindustrial tomem a iniciativa de promover comícios nas empresas, fora das horas de trabalho, no sentido de:

a) Esclarecer os trabalhadores sobre o alcance económico e político das nacionalizações, que permitem a criação de um amplo sector social da economia e a sua consequente orientação de acordo com as reais necessidades do Povo Português do País, e retirar das mãos da grande burguesia monopolista as alavancas que utilizava para sabotar o processo revolucionário em curso;

b) Combater as objecções reaccionárias que, apoiadas nas nacionalizações de Estados de «capitalismo de mediana», não permitem que lancem os trabalhadores contra a medida histórica tomada pelo Conselho da Revolução e do País;

c) Combater as tendências nauto-gestionárias ou eco-

-gestionárias», cujas consequências são a divisão dos trabalhadores e o desvio das organizações sindicais dos seus objectivos fundamentais de luta na defesa dos interesses dos trabalhadores pela criação da democracia económica do País;

d) Estimular, reforçar e corrigir as organizações dos trabalhadores nas empresas, no sentido de consolidar a sua unidade, base indispensável para que os trabalhadores passem a controlar a via económica das empresas, no praticamente os sectores: — da tesouraria e da contabilidade — dos «stocks» de matérias-primas e produtos acabados — das importações e exportações — dos preços de custo e de venda dos produtos — da qualidade e quantidade da produção;

e) Conscientizar os trabalhadores e para que sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles, e para eles»; e, deste modo, passem a entender que a melhoria das suas condições de vida está directamente dependente do desenvolvimento global da economia, só possível se os trabalhadores revolucionariamente se dedicarem com afinco ao trabalho e ao controlo da produção;

f) Que as organizações sindicais se estruturarem por forma a desempenhar não só o seu papel fundamental de pontos-vozes dos amplos anseios das massas trabalhadoras, mas também o seu papel de controlo e participação da planificação democrática da economia que

nos permitirá alcançar o socialismo.

Neste sentido, torna-se urgente e essencial o desenvolvimento das acções que garantam a rápida verticalização dos sindicatos por ramo de actividade económica;

4. — Que o Conselho da Revolução institucionalize o controlo económico das empresas pelos trabalhadores, através da via sindical, como medida essencial para impedir a sabotagem económica e para mobilizar, conscientemente, as classes trabalhadoras na batalha económica e na criação das condições para a construção da sociedade sem exploradores nem explorados.

Urge, portanto, o reconhecimento «de jure» a todos os níveis da estrutura sindical já existente «de facto»;

5. — Que, tendo em vista o papel altamente culposo da grande burguesia monopolista e latifundiária na actual situação económica nacional e no seu reflexo, a sua responsabilidade na vida de carências e misérias do Povo Português, o Plenário da Interindustrial considere que aos grandes acionistas e latifundiários não devem ser dadas quaisquer indemnizações pelas nacionalizações decretadas ou a decretar pelo Conselho da Revolução ou Governo Provisório;

6. — Que esta proposta seja entregue aos órgãos do Poder Revolucionário e seja amplamente divulgada entre os trabalhadores e órgãos da comunicação social.

Pel'O Secretariado da Interindustrial  
Pedro Cortes  
Secretário



A política salarial não pode ser tratada independentemente de todos os problemas que se põem ao processo revolucionário em curso.

A grande vitória popular de 11 de Março abriu finalmente a via da democratização económica e social que os trabalhadores exigiam há muito.

As medidas antimonopolistas e antilatifundistas tomadas constituem históricas conquistas, cuja consolidação é indispensável para se pôr a economia ao serviço do Povo Português.

A análise concreta da actual situação económica e das perspectivas que se nos abrem é necessária para definirmos as linhas que devem orientar a actividade sindical a todos os níveis.

Depende da luta e da capacidade de mobilização dos trabalhadores, depende da sua alta consciência de classe, a possibilidade de resolver os problemas de fundo sem permitir que a situação económica se agrave.

**A SITUAÇÃO ECONÓMICA ACTUAL**

Para analisarmos a actual situação económica temos de referir a pesada herança legada pelo regime fascista.

O fascismo constituiu em Portugal a forma política que a grande burguesia impôs e utilizou para explorar desenfreadamente os trabalhadores, para mergulhar na miséria e na emigração milhares de portugueses, para acumular lucros cada vez maiores, para vender as nossas riquezas e o nosso traba-

lho ao imperialismo estrangeiro. Os grandes grupos monopolistas e os seus bancos, estreitamente aliados aos latifundiários tomaram o controle de todos os sectores importantes para o desenvolvimento económico e social, o que lhes permitiu moldar a economia aos seus interesses.

Por isso foram os trabalhadores sujeitos a uma desumana exploração e afogados em sangue as justas lutas que ergueram por uma vida melhor.

Por isso foi a agricultura votada ao abandono, sobrecarregada com impostos e organizada em corporativas que espalhavam o camponato, obrigando à sua proletarianização esclerótica.

Por isso não foram desenvolvidos os importantes sectores económicos e foi dessa forma aprofundada a dependência da economia face aos monopólios estrangeiros.

Por isso foram as pequenas e médias empresas colocadas na dependência do crédito e da fornecimento dos monopólios que, dessa forma, transferiram parte da mais-valia resultante da sobre-exploração para as suas já recheadas contas bancárias.

Após o 25 de Abril vários factores contribuíram para o agravamento da situação económica que o fascismo agudizara. De entre eles cabe referir a sabotagem económica que, através da fuga de capitais, da baixa do investimento e da quantidade e qualidade da produção, do encormentamento de dezenas de empresas, vieram a colocar a economia portuguesa numa situação ainda mais

difícil. E também o agravamento da actual crise do sistema capitalista mundial, cujos países constituem ainda os nossos mais importantes mercados comerciais a cujos problemas têm assim reflexos imediatos na nossa situação económica interna.

O desenvolvimento económico que permita a nossa independência económica, a elevação crescente do nível de vida e a absorção do desemprego, só podem ser conseguidos através dum grande esforço coordenado de todas as forças sociais interessadas no avanço do processo revolucionário, é, em primeiro lugar, dos trabalhadores.

A reconstrução nacional que coloque a economia ao serviço do Povo Português exige uma clara e consciente determinação dos sectores fundamentais do nosso esforço e dos principais beneficiários do desenvolvimento.

A agricultura é o sector prioritário para o nosso desenvolvimento económico. Foi o sector mais duramente atingido pela política fascista, em cujo nível de vida dos trabalhadores é mais baixo, em que a estagnação da produção obriga à importação da maioria dos produtos agrícolas que consumimos. Isto leva, devido ao aumento de preços no mercado internacional, provocado pela actual crise do mundo capitalista, a um «deficite» cada vez maior da nossa balança comercial e consequentemente ao agravamento da nossa dependência externa.

Para podermos assegurar um crescimento económico constante,

os sectores básicos da indústria e dos transportes assumem particular importância. Apesar de, ao canalizar para aquí investimentos que estão a «sacrificar» o presente em benefício do futuro, são o grande desenvolvimento deste sector permitirá criar as condições para levar a cabo as alterações na estrutura produtiva que resolve os problemas de fundo. Assumem uma importância decisiva as nacionalizações decretadas nestes sectores, cujas empresas terão de deixar de funcionar segundo a lógica do lucro capitalista global, para serem geridas por uma lista para passarem a constituir um poderoso motor do desenvolvimento económico geral.

Cabe ainda referir no sector industrial três ramos com particular importância na estabilização económica incluindo o emprego e no alto do custo de vida: construção civil, têxtil e indústrias alimentares. Caracterizando-se por um enorme peso de pequenas e médias empresas, a sua reconstrução e reestruturação sem impôr nos seus frutos dependem das medidas globais que vierem a ser levadas à prática.

No plano comercial a criação de empresas estatais responsáveis pela comercialização dos bens essenciais permitirá eliminar o parasitismo dos intermediários e proteger simultaneamente a produção e o consumo.

Quanto ao comércio externo verificase que é utilizado pelas grandes empresas para procedermos a importantes fluxos de capital através da sub e sobreprodução, constituindo um dos sectores em que mais se impõe o total controlo do Estado.

**CONDICÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

A primeira condição é o alargamento das nacionalizações aos sectores já anulados de forma a quebrar o poder económico da grande burguesia a colocar nas mãos do Estado e dos trabalhadores as alavancas fundamentais para o controlo do desenvolvimento através dum planeamento económico elaborada em moldes democráticos, serão a base do nosso desenvolvimento.

A nacionalização dos principais sectores económicos encontra-se facilitada pela elevada concentração e centralização de capital a que os monopólios haviam chegado, o que permitirá a sua gestão através de formas radicalmente diferentes.

A mais importante condição é a completa modificação da atitude dos trabalhadores face ao processo produtivo, encarendo-nos não como um meio de exploração e alienação mas sim como a forma que está ao seu alcance de obter a poder ser utilizada na sua libertação económica e social.

É de bem que o fim de este período do homem pelo homem não seja imediato dependerá de todo este período transitório, em que passos decisivos para o socia-

**ACTUALIZAÇÃO IMEDIATA DO SALÁRIO**

Considerando os princípios contidos no documento do Secretariado acerca da «Política Salarial», antes aprovado por este Plenário, bem como o espírito das intervenções hevidas.

**PROPOSIÇÃO:**

1. — Que o Plenário da Intersindical saúde os órgãos do Poder Revolucionário (Conselho da Revolução e Governo Provisório) pelas medidas já tomadas no sentido do congelamento dos preços dos bens essenciais.

2. — Que se reclame, do Governo Provisório e do Conselho da Revolução medidas tendentes a:

a) Actuação imediata do salário mínimo nacional, como medida de elemental justiça social, tendente a não sacrificar ainda mais os trabalhadores mais desfavorecidos;

b) Estudar a possibilidade do alargamento progressivo do salário mínimo a todos os trabalhadores;

c) Considerar os sectores económicos em dificuldades, como «sectores em crise», e neste, caso, não seja permitida colectiva e individualmente a distribuição de lucros ou dividendos aos respectivos industriais;

d) Expropriar os bens pessoais dos capitalistas que cometam crimes de sabotagem à economia nacional;

e) Uma profunda reforma fiscal que faça pagar mais a quem mais possua, e que permita ao Estado Democrático dispor de meios para o aumento de investimentos que são necessários para combater o desemprego e desenvolver a economia;

3. — Que os Sindicatos e organizações sindicais levem à prática uma política contractual, que tenha em conta as modificações de atitude dos trabalhadores face à economia determinada pela decisão do Conselho da Revolução e

do Povo Português, no sentido de avançar na construção dum sociedade dos trabalhadores e para os trabalhadores. Assim, na contratação colectiva, os sindicatos deverão adoptar as seguintes normas: — Temporariamente não reivindicando de aumentos salariais superiores a 12 000. Orientar os maiores aumentos salariais para os trabalhadores que sufram os mais baixos salários, tendo em vista a redução do leque salarial; — Que se tenha em vista, em cada caso concreto, não só a situação do sector respectivo mas sobretudo a evolução global da situação económica.

— Que orientem a contratação colectiva para a uniformização dos regulamentos, nomeadamente férias, subsídio de férias e de Natal.

— Que reivindiquem na contratação colectiva as melhores das condições de trabalho.

Liisboa, 20-4-75.

# REVOLUÇÃO E O PROBLEMA DO EMPREGO

lismo estão a ser dados, que esse objetivo seja alcançado.

A modificação da atitude dos trabalhadores face à economia, diz um primeiro lugar respeito às empresas nacionalizadas. Nestas o seu melhor funcionamento e mais elevada produtividade são questões vitais que a não serem cumpridas, dariam de bandeja argumentos às forças reacionárias para sabotar o desenvolvimento do processo revolucionário. As empresas nacionalizadas não devem, pois, ser encaradas como propriedade dos trabalhadores que nelas labutam, mas sim como propriedade do Estado democrático. Elas devem ser utilizadas não para satisfazer necessidades de um ou outro grupo de trabalhadores mas sim para contribuir decisivamente na posição que auferem no processo produtivo, no processo de acumulação que permitirá o aumento da produção e os riqueza nacional.

A modificação da atitude dos trabalhadores diz também respeito à situação nas empresas não abrangidas pelas nacionalizações. Estas, no entanto, no essencial, sectores cujos problemas deverão ser resolvidos através de medidas de fundo e, consequentemente, demoradas a serem resolvidas neste período transitório os seus problemas não sejam agravados ainda mais.

Nestas sectores a nacionalização da empresa não irá contribuir para a sua alteração estrutural, sendo de recusar firmemente certas posições que visam transformar o Estado num monopólio de empresa falidas com as consequentes responsabilidades que tal situação acarreta, contribuindo para lançar camadas inteiras no processo revolucionário para os braços da reacção.

Quer nas empresas nacionalizadas quer nas privadas, cabe aos trabalhadores a importante tarefa de controlarem a produção, evitar a sabotagem económica, contribuir para a melhoria da qualidade e da quantidade de produtos fabricados.

O conjunto de medidas económicas já tomadas e anunciadas dá uma garantia de que o fruto do trabalho irá beneficiar, em última análise, os próprios trabalhadores. Para que ainda mais claramente tenhamos consciência das nossas tarefas sindicais, serão referidas a seguir outras condições necessárias para o desenvolvimento económico e social.

Para que a produção nacional aumente, para diminuir o desemprego, para que a alta do custo de vida não implique o necessário aumento do investimento produtivo (que a sabotagem económica fez subir ainda mais no ano passado), isto obriga as medidas de asse-

verem atingido principalmente os que através da exploração a que se meteram os trabalhadores, acumularam a sua riqueza e a utilizam para manter os seus insuportáveis níveis de vida.

Os trabalhadores já demonstraram que não se regenerarão sacrificados. É necessário, no entanto, afirmar claramente que as camadas mais exploradas de trabalhadores não poderão continuar a ver a sua situação deteriorar-se de dia para dia. A actualização do salário mínimo nacional é uma necessidade não só para os trabalhadores abrangidos como também para todos os outros, que têm consciência de que a melhoria do seu nível de vida será atingido de imediato.

Cabe agora referir os problemas concretos em discussão — a política salarial, o salário mínimo, os reajustamentos salariais, o custo de vida e o desemprego.

Os vários motivos que nos levam a concluir que a política salarial não pode ser tratada independentemente de todos os problemas que se põem ao processo revolucionário em curso, já vimos que se dependerá da alteração das atitudes dos trabalhadores face ao processo produtivo a consolidação da via que nos levará à sociedade socialista, objectivo supremo da luta dos trabalhadores.

A actual situação dos problemas salariais é, no entanto, extremamente delicada e exige todo o esforço das organizações sindicais para a mobilização consciente dos trabalhadores. Dependerá, em muito, da nossa capacidade que nos próximos meses se tomem as medidas necessárias para a consolidação do processo revolucionário no campo económico.

Partimos dum situação difícil para os fenómenos salariais e o enorme leque existente, consequência da lei do desenvolvimento desigual no capitalismo, e que vieram accentuar-se a deterioração do poder de compra dos trabalhadores devido ao aumento de preço, estão neste momento no centro das atenções de muitos sindicatos e de centenas de milhares de trabalhadores. Estamos em pleno período de contratação colectiva, cuja consequência têm de ser vistas com novos olhos devido à alteração política e económica que se está a verificar.

Uma das formas mais eficientes de diminuir as diferenças salariais e que contribui também para elevar o nível de vida de quase um milhão de trabalhadores é o aumento do salário mínimo. Esta actualização, que foi discutida e aprovada no último congresso nacional está em vias de se concretizar.

Decisão que exige o estudo das condições económicas, do nível do emprego, tendo em conta as capacidades de produção interna e o limite de produção nacional, não deve ser adiada por mais tempo sob pena de criar um sentimento de impotência aos trabalhadores

abrangidos pelo salário mínimo.

Se uma grande percentagem dos trabalhadores continua a «apertar o cinto» desta forma drástica, não compreendendo outros mais privilegiados ponham os seus interesses imediatos acima dos interesses gerais da classe trabalhadora. Não se compreende também que os que nada produzem e vivem da exploração continuem a dispor de um nível de vida de tal forma elevado que praticamente só consomem produtos importados, que agravam o «déficit» da nossa balança comercial (o ano passado importou-se mais do dobro do que se exportou).

É necessário que sejam tomadas medidas que moralizem a vida económica, que possam garantir o emprego, que os trabalhadores desenvolvam na produção venham a reverter para os próprios trabalhadores. O congelamento de certos níveis elevados de salários é uma medida que aqueles que beneficiam de estatutos especiais no caso de serem reconhecidos como uma forma específica de contribuição para o avanço da nossa revolução.

Quanto aos salários intermédios, que abrangem também um grande número de trabalhadores, impõe-se uma política a seguir se encontrar estreitamente ligada não só à situação do sector (que é o que tem sido feito até agora, apesar de tudo) mas principalmente à evolução global da situação económica. Seria contrário a defender certos níveis salariais intermédios se, ao mesmo tempo, não fossem aumentados as melhores de produtividade do sector devem beneficiar de imediato os trabalhadores desse sector e não a globalidade através de investimentos produtivos que alterem as estruturas produtivas e criem novas fontes de emprego.

Mesmo assim há que ver que dentro destes salários intermédios nem todos têm o mesmo montante, nem todos foram aumentados ao mesmo tempo.

É um problema difícil mas estas medidas convencionadas que ganhemos os trabalhadores para o controlo da produção, para o desenvolvimento económico, para as tarefas essenciais, as soluções serão encontradas facilmente.

O desemprego atingiu no fim do ano passado quase 200 000 trabalhadores. Para tal contribuiu a herança do fascismo que jogava na recusa de créditos a dois centelistas estrangeiros após o 25 de Abril. Mas contribuiu também a baixa do investimento e a incapacidade revelada pelo aparelho de Estado para na devida altura ter lançado uma série de programas que mantivessem o investimento público a nível elevado.

O problema do desemprego só poderá ser resolvido de modo eficaz desde que estes os venham a beneficiar a eles, a todo o Povo e ao País.

longo prazo e dependerá, em grande parte, dos trabalhadores que estão empregados, das suas atitudes e da sua solidariedade militante para com os que estão em condições para essa resolução.

É ridículo e infantil, revelando um total desconhecimento da realidade, o processo produtivo e a concepção do mundo pequeno-burguês e individualista, afirmar que se pode resolver o problema do desemprego através da diminuição do horário de trabalho.

A crítica de nosostros do trabalho em sectores vitais para o desenvolvimento económico é a solução que se tem de adoptar o que permitirá o estudo do problema do desemprego como também o aumento da produção e a reestruturação dos diversos sectores económicos. Neste campo os trabalhadores devem desempenhar uma importante tarefa, fazendo corporizar em projectos de investimento os seus conhecimentos práticos sobre o funcionamento dos diversos sectores económicos.

Para que o pleno emprego seja atingido não é suficiente, mas é necessário manter em funcionamento, aumentando inclusivamente a sua produtividade, as actuais empresas, em especial as pequenas e médias empresas nas quais se encontram a maioria dos trabalhadores portugueses que terão o melhor aproveitamento possível de equipamento existente.

Quando ao custo de vida, é o aumento atinge principalmente os que vivem de salários e dentro destes os trabalhadores mais pequenos. Grande parte dos salários mais baixos é utilizado na alimentação, sendo a maior parte do custo, segundo as estatísticas, da ordem dos 20 a 30%, menos que no ano de 1973 mas ainda assim elevado.

O Governo aprovou já o congelamento de preço dos bens alimentares que tem vindo a ser aplicado no presente ano, medida que irá contribuir para a manutenção do nível de vida dos trabalhadores.

Está também em funcionamento o sistema mais geral de controlo dos preços, cuja eficácia depende do poder de controlo dos trabalhadores sobre a produção.

Temos no entanto de ter consciência que tanto o aumento do custo de vida só poderá ser definitivamente resolvido no quadro das soluções gerais para a economia portuguesa. Continuam a ter de importar milhões de contos em produtos, cujos preços são controlados, devido à crise do sistema capitalista. O devia do nosso comércio externo para os outros países, que preferem a inflação, é crescente assim com a revolução portuguesa e as medidas a tomar a nível de comercialização, aliadas ao aumento interno da produção que é a condição essencial para travar a subida de preços, permitindo que este problema seja definitivamente resolvido no nosso país.

A evolução da situação económica depende dos trabalhadores das atitudes que os trabalhadores tomarem. Uma ampla campanha de educação e de esclarecimento das tarefas que se nos põem, em uma condição essencial para ganhar os trabalhadores para a luta no campo económico. O movimento sindical Unitário dos Trabalhadores já deu — noutras também discussões — a proposta de uma aliança na consciência de classe não é desmerecida. Também nesta batalha não falharemos.

28/29 DE JUNHO:

# CONGRESSO DOS SINDICATOS

A crescente divisão dos trabalhadores portugueses nos anos 20, devido ao extremo de ideais partidários, veio a criar dificuldades para encontrar os meios de acção unitária que permitissem aos trabalhadores opor-se com êxito às tentativas do patronato, da alta burguesia e de todas as forças reaccionárias.

A implantação do fascismo em 1926 foi o resultado de diversos factores entre os quais avulta a divisão dos trabalhadores.

Todavia os trabalhadores conscientes e dedicados à justa causa da defesa dos mais elementares e profundos direitos do Povo trabalhador jamais deixaram de lutar, conduzindo as lutas contra o regime que oprimiu o Povo Português durante mais de 48 anos.

Por isso foi principalmente sobre esses trabalhadores que o regime fascista fez abater os mais fortes métodos repressivos, prendendo muitos deles, conduzindo-os à destruição da sua saúde, à loucura e até à própria morte.

Da experiência obtida nessas constantes lutas, pequenas e grandes, veio a nascer a tentativa de organização dum Movimento Sindical Unitário que congregasse os esforços e pudesse coordenar e dinamizar as lutas, integrando-as numa perspectiva mais ampla.

Essa tentativa veio a concretizar-se quando, em Outubro de 1970, as direcções representativas dos Sindicatos dos Calzados, Lanifícios, Metalúrgicos, Bancários e Propaganda Médica convocaram uma reunião geral de Sindicatos para debater assuntos vitais para todos os trabalhadores.

## ASSIM NASCEU A INTERSINDICAL NACIONAL

A partir de então assiste-se ao recrudescer de lutas que levam à intervenção de modo mais violento, de toda a máquina repressiva do "Governo" castanista. Actuando, clandestinamente a Intersindical pode dirigir acções em grandes sectores e lançar as bases da grande organização sindical que hoje é.

Após o 25 de Abril, todo o povo trabalhador toma consciência da acção desenvolvida, de imediato, pela Intersindical e não admira que em menos de um ano esta possa agrupar um total de 230 Sindicatos abrangendo cerca de 2.500.000 trabalhadores.

Este alargamento de acção da Intersindical resulta não só do avanço do processo revolucionário mas também da capacidade de resposta da Intersindical às mais variadas e complexas situações, das quais tem saído sempre reforçada.

Verifiquemos pois as acções de maior vulto desenvolvidas pela Intersindical no decurso deste 1.º ano de Revolução:

- Logo após o Movimento do 25 de Abril, concretamente em 26 de Abril, fez sair um comunicado apoiando de modo significativo aquele Movimento patriótico.
- Participação decisiva na mobilização e organização da grandiosa manifestação do 1.º de Maio de 1974, Dia do Trabalhador.
- Lançamento das bases para elaboração de cadernos reivindicativos a apresentar, pelos trabalhadores, nas empresas e nos sectores com maior capacidade económica.

- Criação de Grupos de Trabalho para estudar a reestruturação sindical, funcionamento da Previdência, funcionamento da FNAT, etc.
- Intervenção directa, por solicitação e no interesse dos trabalhadores, em conflitos de trabalho.
- Desmascaramento de acções de sabotagem.
- Participação activa na luta contra as manobras da reacção mobilizando os trabalhadores para a vigilância e para acções decisivas para a defesa da continuidade do processo revolucionário (queda de Palma Carlos, 28 de Setembro).
- Organização de grandes manifestações na defesa dos mais profundos anseios das massas trabalhadoras, como a de 14 de Janeiro pela Unidade Sindical.
- Participação activa na mobilização decorrente da intenciona reaccionária do 11 de Março.
- Lançamento das bases para a intervenção dos trabalhadores nas acções de controlo financeiro e da produção das empresas.
- Lançamento das bases de reestruturação de uma política de fiscalização de aplicação da legislação do trabalho.

As tarefas desempenhadas até agora pela Intersindical, pese embora a falta de meios materiais e humanos, revestem-se de um nível fortemente positivo e poderá concluir-se da necessidade de realização de um Congresso (Encontro) Nacional de Sindicatos onde se possam trocar impressões e definir a estrutura sindical que o momento que atravessamos torna necessária e urgente.

Assim, considerando:

1. A necessidade de definições da estrutura sindical a adoptar.
2. A necessidade de elaboração de estatutos próprios de acordo com essa estrutura.
3. A necessidade de estabelecer um programa de trabalho que permita atingir os objectivos acima referidos.
4. Que os trabalhadores em geral se devem pronunciar sobre este assunto.
5. Que é necessária a elaboração de documentação para análise.

Propõe:

1. A realização do Congresso Nacional dos Sindicatos aberto a todos os Sindicatos.
2. Que este Congresso se realize em 28/29 de Junho.
3. Que seja constituída uma comissão para concretizar esta iniciativa e formada pelos camaradas:  
Manuel Lopes  
Antero Martins  
Luís Judas  
Pacheco Gonçalves  
Cerveira Pinto.
4. Que os documentos para análise sejam postos à disposição dos Sindicatos até 15/5.
5. Que os Sindicatos façam amplas discussões desses documentos e tirem conclusões a remeter à Intersindical até 16/6.
6. Que no referido congresso se proceda a eleições de acordo com o que ficar determinado nos estatutos então aprovados.

# PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO DA PREVIDÊNCIA

A apresentação desta informação de forma destacada deve-se à urgência de o Plenário Nacional da Interindustrial se debruçar sobre alguns dos mais graves problemas que se colocam neste momento na Previdência aos trabalhadores.

A. Para coordenar a actuação das Comissões Administrativas das Instituições de Previdência face à evolução da situação económica/social, tiveram lugar dois Plenários Nacionais dos membros daqueles órgãos em 15-16 de Fevereiro, 22-23-24 de Março corrente.

Neste último, cujas conclusões foram distribuídas no início deste Plenário, foi deliberado criar uma Comissão Executiva com a finalidade de coordenar a gestão de todas as Instituições de Previdência, dado que esta tem demonstrado absoluta inoponência e inadequação no momento que o País atravessa.

Dado seguimento às deliberações desta segundo Plenário Nacional (Conselho Coordenador de Previdência) a Comissão Executiva, em conjunto com o Secretariado Nacional da Interindustrial, encontrou-se com o ministro dos Assuntos Sociais, no passado dia 17, com vista à institucionalização destes órgãos da Previdência.

Dos contactos havidos não resultaram respostas positivas quanto à institucionalização, pelo Conselho, quer da Comissão Executiva, tendo sido endossados os problemas para o secretário de Estado da Segurança Social. Após conversa com este último, no dia 19 do corrente, constatou-se a sua firme determinação de adiar a resolução do problema, afirmando estar em curso o Projecto de reestruturação da Secretaria de Estado da Segurança Social. Informou que não tivera tempo de analisar os problemas deixados em suspenso pela última equipa da Secretaria de Estado que o Sr. C. A. M. do Couto, et al., via com reservas a institucionalização da Comissão Executiva e consequente extinção da Direcção-Geral da Previdência.

Resultando a constituição das Comissões Administrativas da Previdência de determinado contacto político — despacho de 20 de Setembro de 1974 —, verifica-se que as suas funções e importância foram substancialmente alteradas pelo avanço do processo revolucionário em curso.

Assim, considerando que:

— os trabalhadores não podem estar afastados dos centros de decisão de Previdência;

— a participação dos trabalhadores na gestão da Previdência tem que ser um meio eficaz de colaborar de facto na sua reestruturação;

— a deficiente estrutura de todo o aparelho da Segurança Social, com vista para a Direcção-Geral da Previdência, do que resulta

a inexistência de coordenação entre as diversas Instituições capaz de assegurar os legítimos interesses dos trabalhadores;

— desta situação resultam gravíssimos problemas de funcionamento para as Comissões Administrativas, causando prejuízos importantes aos beneficiários e aos próprios trabalhadores da Previdência;

o Secretariado Nacional propõe ao Plenário da Interindustrial as seguintes resoluções:

- 1 — Manter a importância da Comissão Executiva para os trabalhadores a imediata institucionalização do Conselho Coordenador da Previdência e a sua Comissão Executiva;
- 2 — Repudiar qualquer tentativa de afastar os trabalhadores da gestão da Previdência, venha donde e quando vier;
- 3 — Alertar o Ministério dos Assuntos Sociais por um lado, e os trabalhadores da Previdência por outro, para a urgência do saneamento em todo o aparelho da Previdência, de maneira a erradicar do seu seio todos os fascistas e reacçãoários e a reclassificar os incapazes.

B. A Previdência, se bem que não seja uma organização capitalista, é uma empresa que, como qualquer outra, necessita de uma vida económica sã. De uma situação financeira equilibrada. Para isso, deve ter uma gestão eficaz — a ninguém está em melhores condições para gerir a Previdência do que os seus proprietários, os trabalhadores — e de que as suas fontes de receita não sequeem, de que as contribuições dos trabalhadores sejam entregues a tempo e horas, integralmente.

Podemos adiantar que, neste momento, está em marcha a falência da Previdência. As dívidas acumuladas atingem já cerca de quatro milhões de contos, e o orçamento para o corrente ano da Caixa Nacional de Pensões é já deficitário.

A questão de relevo que se coloca é a seguinte: a falta de pagamento por parte das empresas: falta essa duplamente grave, porquanto não são entregues à Previdência a parte contabilizada directamente pela empresa como despesa e a parte descontada nos salários dos trabalhadores, que a empresa capitaliza em proveito próprio.

Os encargos militares de empresas de noite a sul não entregam as contribuições; outros largos milhares não enviam sequer os mapas dos trabalhadores. Os problemas que surgem, a médio prazo, são de dois tipos:

— problemas de liquidez;

— suspensão dos benefícios dos trabalhadores decorrido algum tempo sem o envio dos mapas do pessoal, entre muitos outros de destes tipos.

Dois tipos de acção, a curto prazo, parecem impor-se:

— a publicação de legislação revolucionária que permita pôr cobro a esta situação e travar o seu agravamento; — a criação, dentro da estrutura sindical, de processos que permitam aos trabalhadores de cada empresa devedora, actuar eficazmente, impondo o pagamento integral do seu salário (porque de salário se trata...).

O Secretariado Nacional propõe ao Plenário da Interindustrial as seguintes resoluções:

- 1 — Os representantes sindicais nas Comissões Administrativas deverão informar periodicamente a organização respectiva sobre qual a gestão em desenvolvimento, e respectivo montante, bem como as que não enviam os mapas dos trabalhadores;
- 2 — A organização sindical respectiva decidirá das formas de actuação a seguir para cada caso concreto, desde já se adiantando a necessidade da pronta informação aos delegados e comités sindicais, a fim de estas fiscalizarem e lutarem pelo pagamento das contribuições;
- 3 — Exigir do Ministério dos Assuntos Sociais urgente legislação que permita pôr rapidamente cobro a esta situação. Para o efeito, o Secretariado Nacional da Interindustrial, em conjunto com os representantes sindicais que de fazer parte, um voto de apoio às diligências que entenda necessário a efeito naquele sentido;
- 4 — Alertar o Conselho Superior da Revolução, o primeiro-ministro e o Governo Provisório para a grave situação da Previdência, para o que solicitam colaboração à Comissão Executiva do Conselho Coordenador da Previdência.

C. A tarefa de reestruturação da Previdência não cabe apenas às Comissões Administrativas, e muito menos apenas aos que nelas se apresentam a organização sindical.

Ela terá de ser fruto e objecto de discussão de todos os trabalhadores, quer nos seus locais de trabalho, quer nas assembleias gerais dos sindicatos.

O Secretariado Nacional da Interindustrial desde já chama a atenção de todas as direcções,

delegados, comissões sindicais, para o lançamento de uma campanha intensa de informação e esclarecimento sobre os actuais problemas da Previdência, de maneira a que os trabalhadores possam estar devidamente equipados para participar consciente e activamente naquela tarefa de reestruturação.

Só assim será, também, possível evitar a aceitação e/ou existência de melhorias de benefícios que não devem passar de medidas demagógicas que trarão aos trabalhadores sérios prejuízos no futuro se não forem precedidas de análises correctas, de acordo com a situação real da Previdência e do País em geral.

O SECRETARIADO NACIONAL DA INTERINDUSTRIAL

## COMBATE AO SINDICALISMO VERTICAL DE CLASSE

— Considerando que as nacionalizações, decretadas ou a decretar pelo Conselho da Revolução, vêm criar necessidades das organizações sindicais participarem decididamente na planificação, reconversão e desenvolvimento da economia nacional, só possível com os trabalhadores devidamente organizados;

— Considerando os passos já dados pelos sindicatos, no sentido da verticalização sindical, quer através da dinamização das estruturas sindicais quer pela campanha de consciencialização sobre o assunto já levado à prática, quer ainda pelos inúmeros contratos colectivos de trabalho verticais em vigor;

— Considerando que a reacção se serve dos argumentos do chamado "sindicalismo vertical de classe" propagado pelos seus porta-vozes, camuflados em grupos "pseudo-revolucionários".

PROPOE-SE:

1 — Que os Sindicatos avançam, urgente e devidamente, no caminho da Verticalização Sindical conforme foi deliberado no Plenário da Interindustrial de 8 e 9 de Março, em Coimbra;

2 — Que os organismos Sindicais e o Secretariado da Interindustrial elaborem documento de orientação ideológica burguesa do chamado "sindicalismo vertical de classe";

3 — Que a legislação sobre as associações sindicais contemple medidas que consigam os métodos de trabalho típicos utilizados pelos sindicatos na verticalização sindical.

Lisboa, 20/4/75.

# REFORMA AGRÁRIA:

## PRIORIDADE NOS INVESTIMENTOS PARA A AGRICULTURA

Considerando:

1. Que largas parcelas do solo arável nacional se encontram abandonadas ou mal aproveitadas devido ao absentismo dos latifundiários provocando a importação de grandes quantidades de produtos agrícolas com a consequente saída de divisas, atingindo no último ano muitos milhares de contos, em prejuízo do povo português;
  2. Que esta situação contribuiu em larga escala para o aumento do custo de vida e que a fome, a miséria, o desemprego ainda se verificam em muitas regiões do nosso país entre os trabalhadores agrícolas;
  3. Que a luta dos trabalhadores agrícolas por uma reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha tem sido constante;
  4. Que a reforma agrária se insere no processo revolucionário e que as medidas antilatifundistas preconizadas pelo ministro da Agricultura contam com o total apoio das massas laboriosas dos campos;
  5. Que os trabalhadores portugueses não se podem alhear deste processo devendo fazer ouvir a sua voz em todas as situações;
- Propomos que a Reforma Agrária a efectuar tenha em conta os seguintes aspectos:

1. Os solos a expropriar devem ser considerados património nacional;
2. As expropriações não devem corresponder qualquer tipo de indemnizações;
3. As expropriações não devem incidir apenas nos solos mas tam-

bém sobre os bens existentes nas explorações;

4. A expropriação deve ser feita em função no número de prédios rústicos integrados no conjunto de explorações, considerando:
  - a) A área global;
  - b) A capacidade de uso dos solos;
  - c) Todo o empresário que tenha dívidas salariais para com os trabalhadores deve ser expropriado independentemente do considerado em b);
5. A área equivalente ao número de hectares máximo de exploração a que o expropriado tenha direito deve incidir em terrenos que se encontrem em estado de abandono.

### II

1. Que nos solos expropriados nacionalizados sejam constituídos núcleos de produção geridos pelos trabalhadores e cooperativas de pequenos e médios agricultores.
2. Que a nível distrital seja constituída uma comissão coordenadora dos núcleos de produção e das cooperativas existentes, com poder executivo, formada por trabalhadores nomeados pelos respectivos sindicatos, por representantes da L.P.M.A. e técnicos de sua confiança, cujas funções principais são:
  - a) Dinamizar rapidamente a constituição dos núcleos de produção e cooperativas e respectivas comissões de gestão;
  - b) Planificar a actividade produtiva em coordenação com as

comissões de gestão dos órgãos governamentais.

3. Que sejam tomadas medidas que garantam o salário aos trabalhadores dos núcleos de produção.
4. Que a agricultura tenha prioridade nos investimentos e que seja criado um sistema de crédito agrícola especialmente canalizado para as novas explorações e pequenos e médios agricultores, constituindo-se, para o efeito, uma instituição de crédito especializada.
5. Que seja criado um sistema de seguro agrícola que garanta a cobertura de todos os riscos a que está sujeita a actividade agrícola (incêndios, acidentes meteorológicos, pragas, etc.).
6. Que seja elaborada uma lei de orientação agrária de forma a que se façam culturas simultaneamente adequadas à aptidão dos solos e às necessidades socio-económicas do País.
7. Que se tomem medidas para uma reconversão industrial, particularmente na indústria alimentar, de modo a aumentar o número de postos de trabalho e que se garanta o escoamento dos produtos agrícolas acabando-se com o parasitismo dos intermediários.
8. Que a médio prazo se efectue um amplo debate entre os interessados sobre as linhas que definam as formas de entrega da terra a quem a trabalha.
9. Que o Secretariado da Intersindical contacte as organizações sindicais de outros países que têm prestado a sua solidariedade aos trabalhadores portugueses, com o fim de serem indicados



nomes de técnicos agrícolas, com experiência sindical, que possam vir para Portugal durante o tempo considerado necessário, ministrarem cursos intensivos junto dos trabalhadores do sector agrícola.

10. Que estes técnicos venham com o apoio do Governo português fazendo-se para isso os contactos necessários o mais rapidamente possível.

11. Que nesses contactos sejam também vistas as possibilidades de outros tipos de apoio técnico (máquinas, adubos, etc.) assim como de apoio financeiro.

12. Que o Secretariado da Intersindical contacte com o Conselho Superior da Revolução e o Governo Provisório, dando-lhes conhecimento desta proposta e a divulgue amplamente.

Os Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Lisboa.





# 1.º ENCONTRO LIVRE DOS SINDICATOS DOS ESCRITÓRIOS E CAIXEIROS: PARTICIPAR ACTIVAMENTE NO AVANÇO PARA O SOCIALISMO

Nos dias 11 e 12 de Abril encontraram-se em Coimbra os dirigentes dos Sindicatos dos Profissionais de Escritórios e Caixeiros de todo o País incluindo as Ilhas Adjacentes.

Na primeira parte do Encontro foram feitas exposições pelo dr. Eugénio Rosa, do Ministério do Trabalho e o dr. Joaquim Correia, Inspector-Geral do Trabalho. Abordaram respectivamente «a transformação da economia numa via socialista» e «a reorganização da Inspecção-Geral do Trabalho». Estabeleceu-se amplo debate incidindo as intervenções sobretudo no papel dos Sindicatos na construção da economia socialista pelos trabalhadores.

No fim do debate foram aprovadas as seguintes conclusões:

## I

As direcções dos Sindicatos dos Escritórios e Caixeiros reunidos pela primeira vez após o processo iniciado a 25 de Abril, no ENCONTRO NACIONAL em Coimbra, ao analisar a actual situação, e considerando que:

1 — Na dinâmica do processo do trabalho, pelo seu conteúdo, são as massas trabalhadoras, ao lado do M. F. A., o motor do processo revolucionário;

2 — A organização, a unidade, o esclarecimento e a vigilância dos trabalhadores são a garantia de novas conquistas;

3 — No momento actual a legalidade é revolucionária e a legislação não tem mais que reconhecer e formalizar as conquistas dos trabalhadores;

4 — O processo revolucionário em curso para o socialismo será tanto mais rápido e firme, quanto mais organizados e coesos estiverem os trabalhadores na sua luta diária.

CONCLUEM QUE OS SINDICATOS DEVEM, CADA VEZ MAIS:

- 1 — Assumir um papel revolucionário;
- 2 — Alargar as bases de acção e organização;
- 3 — Cerrar fileiras contra a sabotagem económica, contra o desajuste e por uma repartição equilibrada da riqueza nacional;
- 4 — Acelerar o processo de saneamento, a todos os níveis;
- 5 — Lutar pela participação e controlo cada vez maior dos trabalhadores em todos os centros de decisão políticos, económicos e sociais, única forma de estimular, consolidar e alargar as nacionalizações em curso;
- 6 — Dinamizar a sua acção de forma a corresponder à marcha irreversível para o socialismo.

## II

— Considerando a necessidade urgente de prosseguir e consolidar o processo revolucionário para a instauração definitiva de uma sociedade socialista;

— Considerando que para o avanço e consolidação do processo revolucionário são necessárias e prementes leis revolucionárias, nomeadamente no que diz respeito ao campo económico e social;

— Considerando finalmente que para o efeito atrás referido pensamos ser imprescindível a intervenção directa do Conselho Superior da Revolução, propomos:

1 — Que seja solicitado ao Conselho Superior da Revolução a publicação imediata de leis revolucionárias que não permitam atitudes patronais que visem a sabotagem económica em todos os sentidos.

2 — Que, para o efeito referido no ponto 1, sejam tomadas medidas cautelares, entre as quais

o congelamento dos bens pessoais dos administradores, gerentes ou de quaisquer pessoas que directa ou indirectamente sejam indicados como ligados aos processos de sabotagem, até se concretizarem as respectivas responsabilidades.

3 — Que enquanto esta legislação não for publicada os trabalhadores bancários tomem a iniciativa de, eles próprios, a pedido dos Sindicatos, não procederem ao movimento das contas bancárias das pessoas referidas no ponto 2.

4 — Que todos os Sindicatos, Comissões Sindicais, Comissões de Trabalhadores e trabalhadores em geral intensifiquem o controlo e a fiscalização sobre a aplicação dos créditos bancários, do «stock» de matérias-primas, renovação do equipamento, qualidade das matérias-primas, atraso no cumprimento dos planos de produção, aproveitamento dos equipamentos, diversificação do mercado, etc.

5 — Que seja criado a nível do Estado um organismo especificamente virado para a luta contra a sabotagem económica.

6 — Que, paralelamente, sejam nacionalizados imediatamente os seguintes sectores:

- a) Comércio Exterior;
- b) Indústrias básicas, tais como produção e distribuição de energia eléctrica, transportes ferroviários e rodoviários, indústria siderúrgica, etc.

## A REESTRUTURAÇÃO DOS SINDICATOS

Na segunda sessão do Encontro foi debatida a reestruturação dos Sindicatos dos Empregados de Escritório e Caixeiros com vista à integração dos trabalhadores nos sindicatos verticais tal como

se entendem em Portugal — sindicatos de ramo de actividade.

António Machado em representação da Intersindical prestou informações sobre o processo de verticalização já em curso nalguns ramos de actividade — Transportes Rodoviários, Comércio, Têxteis, Lanifícios, do Vestuário, Panificação e outros produtos alimentares, Mineiros, etc. Vários Sindicatos intervieram salientando-se que os profissionais de escritório se devem integrar nos vários sindicatos de ramo de actividade.

Foi particularmente focada a verticalização dos Sindicatos do Comércio, já em curso em Lisboa e no Porto.

No final foi aprovada a criação de uma Comissão Nacional de Verticalização que promoverá reuniões de trabalhadores em todo o País e elaborará um projecto de verticalização para o Comércio e Serviços.

O referido projecto deverá ser apresentado em fins de Maio ao II Encontro das Direcções dos Sindicatos dos Empregados de Escritórios e Caixeiros.

O Encontro encorrou com unânime e calorosa aclamação à seguinte proposta do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa:

## O M. F. A. PROPOSTO PARA O PRÉMIO NOBEL

As Direcções Sindicais de Trabalhadores de Escritório e Caixeiros, reunidos no 1.º Encontro Nacional, em Coimbra, nos dias 11 e 12 de Abril de 1975, considerando que o M. F. A. reconzuiu o povo português à liberdade e com o processo de descolonização contribui para a paz na África e no Mundo, apoliam a candidatura do M. F. A. ao Prémio Nobel da Paz.



# ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA PARA TRABALHADORES DO PORTUGAL

Ao INATEL (ex-FNAT) cabe a partir de agora a responsabilidade de coordenar as actividades de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores portugueses inscritos na organização.

Certamente que, logo à partida, surgirão dúvidas sobre as primeiras linhas deste artigo.

Assim, dirão vocês (alguns): — Mas, não existiam na FNAT actividades desportivas? Não se disputavam regularmente os campeonatos corporativos dos quais quais envolviam milhares de praticantes? Quais as modalidades mais praticadas?

Sobre este assunto recolhemos ao acaso do relatório da FNAT (1973) as notas que possibilitarão uma visão dos problemas desportivos no que respeitava a organização anteriormente existente e tecer algumas considerações acerca do assunto.

Ora o desporto de cunho corporativo era praticado, no âmbito da FNAT, a dois níveis: o do povo e C.R.P. com um carácter meramente facultativo. Daqui, fácil ser concluir da qualidade e quantidade como se praticasse esse desporto. Nos C.A.T. o desporto que se praticava aparecia com um carácter comercial, mas não sempre. As modalidades praticadas apresentavam um aspecto flagrantemente competitivo, com todos os seus erros.

Onde está o convívio, a aproximação e o estreitamento da amizade, e a ocupação sã dos tempos livres, a verdadeira camaradagem?

Era notório constatar a existência de transferência de atletas no sentido de reforçar certas equipas, menosprezando aquelas que com menos aptidões tinham igual direito ao exercício de uma actividade desportiva com um mínimo de condições.

É flagrante que o desporto praticado entre os trabalhadores era, à semelhança da prática nacional da desporto, tendencialmente elitista.

O que se pretende realmente é que, e com vista a uma prática correcta e extensiva do desporto a todos os trabalhadores, (com relevância para os seus aspectos mais positivos) o desporto seja encarado, não como competição, exclusivamente, mas como o veículo de aproximação e estreitamento dos laços de amizade entre os indivíduos. Note-se contudo que não são os aspectos negativos da competição que se pretende alinhar.

No entanto é à promoção e desenvolvimento do bem-estar físico e psíquico, da formação dos indivíduos, repetimos, que a prática do desporto deve servir.

## SEMANA DE CINEMA ANTIFASCISTA

O INATEL em estrita colaboração com a A. P. Portugal-U. R. S. V. vai promover de 28 de Abril

a 4 de Maio do ano corrente, no Teatro da Trindade, a realização de uma Semana de Cinema Antifascista, em que se integram filmes de diversos países como a R. D. A. U. R. S. S., Polónia, Bulgária.

Realizar-se-á paralelamente uma exposição no salão do 1.º andar sobre o mesmo tema.

Impertida desde já e salientando a importância e o entusiasmado acolhimento de que se revestiu a projecção do Ciclo do Cinema Cubano, alertar todos os trabalhadores no sentido de não perderem esta iniciativa que tão interessante nos parece.

## UMA DELEGAÇÃO DO INATEL NA LISNAVE

Uma Delegação do INATEL composta por dois dos membros da Comissão de Reestruturação, respectivamente da secção cultural e desportiva, deslocou-se no passado dia 15 ao C.A.T. da Lisnave com o fim de, e no sentido da concretização dos seus propósitos, tomar contacto «in loco» com os problemas daqueles trabalhadores e também esclarecer e divulgar os objectivos e finalidades em que o INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores) está empenhado.

Recebidos muito cordialmente e tendo desde começo surgido uma mútua identificação de opiniões e ideias, de esperar era que tudo correria pelo melhor.

Assim se passou.

Note-se contudo que não foram alhos, à troca de impressões, uma certa reticência e relictâncias, provocados precisamente pela sombra negra que ficou do antigo organismo (A FNAT), que como se sabe foi utilizada como veículo propagador da Ideologia fascista durante tantos anos.

Eluclidado sobre este ponto passou-se concretamente a um ritmo de trabalho realmente mercedor de ser salientado.

Focou-se nomeadamente as condições da empresa para uma efectiva dinamização cultural e desportiva. Neste campo é flagrante constatar o modo como os trabalhadores da Lisnave foram desviados do acesso à cultura e desporto (que também entendemos como expressão cultural).

É manifesto entre os trabalhadores da Lisnave que se vive, de facto, um isolamento voluntário, que os torna alheios ainda a certas práticas e manifestações culturais colectivas.

Mas nós sabemos que não são só os cerca de 8000 trabalhadores da Lisnave que sofrem deste mal, que uma vontade e ideologia firme, e o tempo, apagarão definitivamente. Todo o povo português se ressentirá ainda dos 48 anos de política fascista.

Notório foi também o entusiasmo da Comissão no que respeita à promoção e dinamização cultural. Neste campo projectou-se a realização de alguns espectáculos bem assim como se assentaram ideias quanto a uma mais estreita colaboração para futuro entre a Lisnave e o INATEL, entre os trabalhadores da Lisnave e de todo o País.

DESPORTO



## NATAÇÃO — O Desporto «ASSASSINADO»

Quando se fala num socialismo português deve pensar-se simultaneamente na designação e aproveitamento dos valores humanos. Pressupõe-se por isso que o socialismo português, com o qual concordaremos se as fórmulas forem, como se espera, válidas, implicará uma aturada escolha para o preenchimento dos lugares-chaves e estes exercidos, no futuro, o mesmo direito em relação às posições, também importantes, que há-de completar os quadros.

No regime fascista, as pessoas eram nomeadas sem um estudo apurado das suas aptidões, eram colocadas com o mesmo vontade do mercetário quando alinha nas prateleiras da loja garrafas de Vinho ou pacotes de detergente, e, sendo bem, não fazia muita diferença que as coisas corressem assim. Os de «cima» pensavam nessa gente que os servia e não servia o povo em termos de marionetas, quanto mais estúpida ou incompetente fosse melhor podia obedecer aos cordelinhos.

As fábricas universitárias despejavam doutores e engenheiros, na maioria representantes da burguesia, e era isso que interessava para continuar a geração dos inadaptaos, dos acomodados, da política do deixa andar. Quando aliam desportiva e ouvasa pensar na sua cabana havia logo maneira de anular.

O desporto não fugiu à triste regra. Era a concordância com a política do governo e a cega obediência ao seu comando que mantinham os homens nas enrouçalhas desportivas e lhes concediam a força da determinação inenarrável.

E não se fizeram as piscinas. Como resultado de uma distribuição macrofalha do desporto os profissionais formados por aquela escola, ali na Cruz Quebrada — por aqui tem bom ar — também pensaram em integrar-se no sistema (salvo raras excepções) e orientaram a sua vida de harmonia com os princípios que a breve viver a um incidente ou acidente que os mergulhe nuns centímetros de água.

Assim, continuamos sem condições para estes ou outros desportos, não se podendo a breve viver a um incidente ou acidente que os mergulhe nuns centímetros de água.

É claro, as pessoas ligadas à natacao desportiva podem argumentar com os muitos «records», que, ultimamente, os novos nadadores têm obtido, com uma presença relativamente bonita nas competições internacionais, mas não podem negar que a natacao portuguesa, neste momento, não passa de um desporto de elites, praticadas em campos a partir de uma base muito pequena e, ao contrário do que sucede, por exemplo, nos países do Oeste europeu, com destaque para a República Democrática Alemã, esses campeonos não nascem espontaneamente.

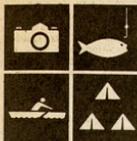
Senão, veja-se quantos nadadores do interior do País deram concorrentes às provas nacionais quando estiveram nos Jogos Olímpicos internacionais. Quantos ganharam as medalhas que a Federação de Natacao ostenta com tanto orgulho?

Sou pelo desporto de competição que tenho como base o grande desporto suportado pelas massas, o desporto praticado pelo maior número possível de portugueses. É verdade que não somos, de um momento para o outro, transformamos um País sem desporto num País apaixonado pela sua prática. Até atingirmos a plataforma de onde se há-de lançar um desporto a sério dirigido ao maior número possível de portugueses, vai levar o seu tempo pouco, à frente da renovação desportiva muita coisa há a fazer no domínio da prevenção, da promoção, do bem-estar social dos cidadãos.

Por outro tempo, vamos ter ainda um desporto suportado pelos clubes e daí eu penso que uma grande parte deles deve dirigir os seus estorcos no sentido de proporcionar desporto a todos, e especialmente às crianças, entregando-se também a obras culturais e sociais de carácter comunitário, a missão, também importante, de promover e disputar os campeonatos de desporto de modalidades.

No capítulo da natacao, porém, o problema ganha acuidade porque as instalações não se podem «fabricar» facilmente com outros «fabrica» um campo de basquetebol ou de voleibol, é necessário pelo menos um tanque, sistema de escoamento da água, se possível uma cobertura para o Inverno e um sistema de tratamento e aquecimento da água. Não são especificados, enfim um grupinho de portadores que transformam o ensino da natacao num mistério. Mas nada é impossível se houver gente interessada em colaborar, gente que queira levar a natacao a pontos onde ainda ninguém ou viu falar dela.

Homero Serpa



## CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

**A RELIGIÃO, CRÍTICA E AUTOCRÍTICA** — Col. «Mas... Afinal?...» — Coordenação de Sérgio Ribeiro — Prelo Editora.

«Para Portugal, para os portugueses, este tema é sobretudo relevante e pertinente. Meio século de fascismo, de repressão, de obscurantismo, é também meio século — pelo menos e para utilizar a expressão de Helder Câmara — de pecado de omissão, de má prudência, que os católicos deverão considerar como elemento de consideração e diálogo para agora, como o foi para o importante papel já representado por algumas correntes na luta antifascista e anticolonial, e não como obstáculo, inibição ou motivo de recusa para a procura de formas cooperativas de construir o que só por todos que desejem o estabelecimento de uma democracia em Portugal o poderá ser.»

**CONTROLO OPERÁRIO SOBRE A PRODUÇÃO** — de V. Vinogradov — Col. «Cadernos Políticos» — Editorial Estampa.

«O Interesse que o problema de controlo operário merece é absolutamente legítimo. Há muitos anos que os trabalhadores dos países capitalistas lutam pela melhoria da sua condição social. As suas reivindicações dizem respeito, sobretudo, ao direito à organização própria, à regulamentação por contrato das relações de trabalho, à participação na resolução de

todas as questões de princípio relativas à actividade das empresas.

«No decorrer dos últimos dez anos, esta luta intensificou-se bruscamente. Transformou-se num vasto movimento pelo controlo democrático da política económica dos monopólios e do Estado burguês, que conduziu a uma união cada vez mais orgânica dos objectivos democráticos e socialistas que o movimento operário revolucionário se propõe.»

**LUTA SINDICAL E LUTA POLITICA** — de V. I. Lenine — «Biblioteca do Socialismo Científico» — Editorial Estampa.

«...A substituição da pequena pela grande produção é acompanhada pela substituição dos pequenos recursos monetários nas mãos de um patrão isolado, por enormes capitais; pela substituição dos pequenos lucros por lucros que se exprimem em milhões. Por isso, o crescimento do capitalismo conduz em toda a parte ao aumento do lucro e das riquezas. (...) Os grandes latifundiários enriqueceram com os enormes lucros que obtiveram dos camponeses pelo resgate das terras, aproveitando-se do facto de estes necessitarem delas para aumentarem os preços das parcelas que lhes arrendavam, e instalando nas suas herdades grandes fábricas...»

Cinema



**O Filme da Semana: «Os Malditos», de Luciano Vicinili.**

Numa semana que vai ter uma grande importância política, do ponto de vista do avanço mais ou menos rápido que determinará para a revolução socialista portuguesa, aconselhamos este filme, verdadeira obra-prima, onde o fascismo e todos os seus mecanismos políticos, económicos, sociais e até morais são desmontados exaustivamente. Depois de ver este filme, fica-se mais consciente de como o lucro ca-

pitalista, pelas leis do seu próprio desenvolvimento, conduz necessariamente ao fascismo. A máquina capitalista que, na Alemanha, produziu Hitler e o nazismo, continua a produzir, ou apta a produzir, monstros iguais (a expressão é de Brecht), nos países onde ainda não foi destruída. Tal é, afinal, a conclusão última a tirar desta obra, onde a análise histórica se faz através de personagens de impressionante veracidade dramática.

## Rádio

No Rádio Clube Português os trabalhadores constituiram democraticamente uma Comissão Revolucionária que tem por missão garantir a fidelidade daquela Rádio ao processo revolucionário que, na base da aliança entre o Povo e o M.F.A., conduzirá Portugal para o socialismo. Doravante a «Emissora da Liberdade» merece mais do que nunca o título que justamente conquistou desde a madrugada do 25 de Abril.

Também a Emissora Nacional conta agora com a organização revolucionária organizada dos seus trabalhadores. Também esta estação oficial se identifica cada vez mais com o nome que ostenta, o qual, durante cinquenta anos, serviu para tentar ludir o Povo Português e reduzi-lo ao obscurantismo.

**25 de Abril**

Eleições. Depois de votares, camarada, está atento à informação radiofónica. Deves acompanhar a par e passo todo o processo eleitoral. Ouviste, e continuarás a ouvir, a propaganda dos partidos transmitida pela Rádio. Mas, depois de exercereres o direito e o dever de votar, as eleições, para ti, ainda não acabaram. Deves continuar informado, atento e vigilante. Para, desde o primeiro minuto, após as eleições, estares apto a fazer avançar o processo revolucionário, em aliança com o M. F. A.

**ALAVANCA** — Diariamente das 00.00 às 02.00, no Rádio Clube Português, onde média, a voz da Interindical.

**M. F. A.** — Na Emissora Nacional às 3.<sup>as</sup>, 5.<sup>as</sup> e 8.<sup>as</sup> feiras, às 18.15, no Rádio Clube Português, às 4.<sup>as</sup> feiras e sábados, às 22 horas.

**REVOLUÇÃO CUBANA** —

Uma série de reportagens realizadas por Luis Filipe Costa e Duarte Ferreira. No Rádio Clube Português às 3.<sup>as</sup>, 5.<sup>as</sup> feiras e sábados, às 19.10; e às 4.<sup>as</sup>, 6.<sup>as</sup> feiras e domingos, às 8.30.

**SINDICALISMO** — (Helena Neves, Madeira Claudino e Jorge Rodrigues). Na Emissora Nacional às 2.<sup>as</sup> e 6.<sup>as</sup> feiras, às 22 horas; aos sábados, às 16.05.

**RÁDIO ESTUDANTIL** — Na Emissora Nacional (diariamente excepto ao domingo), às 17 horas.

TV



Lentamente, ainda com alguns altos e baixos, a RTP vai ganhando a sua verdadeira missão, que, na actual situação, só pode ser uma: assumir-se como principal veículo da dinamização política, social e cultural do processo revolucionário português, ao nível dos meios de comunicação de massas.

Para além dos tempos de antena destinados aos diversos partidos, nos horários habituais (a partir das 13.20, de manhã, e das 20.30, à noite), e dos programas de esclarecimento eleitoral, Especial Eleições (às 3.<sup>as</sup> e 5.<sup>as</sup>, às 21.45), há as trinta emissões que a RTP dedica à cobertura das eleições — no dia 25 de Abril. Mantém-te informado minuto a minuto. Não percas o programa do M. F. A. que será transmitido pela RTP, na véspera das eleições, pelas 20.30 horas.

**5.<sup>a</sup> feira, 24 — 20.30** — Programa do M. F. A.

**6.<sup>a</sup> feira, 25 — Eleições.**

**Sábado, 26 — Eleições.** Cobertura do processo de apuramento eleitoral desde madrugada.

**Domingo, 27 — Teledomingo.**

**2.<sup>a</sup> feira, 28 — 13.00** — Escrever é lutar (com repetição no 2.<sup>o</sup> canal às 20.40).

## TRABALHADORES RURAIS DE SANTARÉM:

Que dizer sobre as péssimas condições de vida a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais do nosso país? Por mais esforços que façamos, as palavras serão sempre poucas. Para os grandes senhores que governavam o povo português, ou melhor, que exploravam o povo português, o trabalhador rural era qualquer coisa à parte, que vivia no campo, distante de Lisboa. De resto, para o fascismo «Portugal era Lisboa e o resto paisagem».

Mas, mais uma vez graças ao 25 de Abril, os trabalhadores do campo começam a ver alguns dos seus direitos satisfeitos.

Para falar de tudo isto deslocámo-nos a Almirim, onde contactámos o presidente da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Santarém, Manuel Apolinário dos Santos. Assim começou a nossa conversa: «Excusado será dizer que até ao 25 de Abril não tínhamos Sindicato, andávamos à deriva sujeitos à exploração capitalista. Sempre que tínhamos fazer

«Com o 25 de Abril — prossegue Apolinário dos Santos — deixou de haver trabalho, surgiu o bolcote. Pretendiam desalentar-nos na nossa luta. Realizaram-se as primeiras reuniões de trabalhadores e em Maio, surge o Sindicato. Neste momento, perto de 15 000 trabalhadores estão já sindicalizados, mas o número de trabalhadores rurais aqui no distrito deve rondar os 100 000. Enfim, a pouco e pouco as pessoas irão apresentando».

Pedimos em seguida ao nosso entrevistado que nos relatasse alguns casos de bolcote económico levados a cabo pelos agrários da região. Ouhounos com um sorriso irónico e disse: «Bolcotes? Olhe amigo, têm sido aos milhares. Por exemplo, o caso de uma herdade em Vale de Cavalos. O sr. recusou-se a tratar de um olival alegando que a mão-de-obra estava cara e que não compensava. Demos conta do facto à Escola Prática de Cavalaria de Santarém, e pusemos lá 50 mulheres a trabalhar durante 6 semanas.

«Foi bem, ao fim desse tempo produziram-se 19 pipas de azeite (442 litros cada pipa). Com metade do dinheiro realizado pagámos os salários devidos. Quer caso mais flagrante de bolcote à economia do que este? Olhe, ou-



# LUCHAR POR UM PORTUGAL DE TODOS NÓS

qualquer coisa, as forças de repressão prendiam os trabalhadores e depois diziam que se tratavam de comunistas. É claro que tudo isto se reflecte ainda nas pessoas. Foram os tais 48 anos de fascismo».

Interessante, embora deplorável, era a forma como se estabeleciam as tabelas salariais. Eis o que nos contou Apolinário dos Santos: «Durante quase todo o ano havia trabalho, embora mal remunerado. Aqui na zona os salários eram estabelecidos a partir dos preços praticados na herdade do Prudêncio da Silva Santos. Os restantes latifundiários, quando contratavam um trabalhador, a primeira pergunta que lhe faziam era: quanto é que se está a pagar no Prudêncio?»

Após o 25 de Abril as coisas mudaram, o que não admira.

tro exemplo: a casa Prudêncio despediu um rancho de camareiras. Imediatamente vieram aqui ao Sindicato e contaram-nos o sucedido. Enquanto não resolvemos o problema essas camareiras andaram a trabalhar no amanho e limpeza de alguns matos aqui dos arredores para provar ao sr. Prudêncio que não se negavam ao trabalho.

«Ao fim de 7 semanas ficou tudo resolvido e o sr. Prudêncio foi obrigado a readmitir-las e a pagar as sete semanas que estive-

ram a trabalhar no exterior. Foi, na verdade, uma vitória extraordinária. Em Benavente um agrário pouco pago a um olival, outros recusam-se a cumprir as Convenções Colectivas de Trabalho, etc.».

Muito, mesmo muito mais, nos contou o amigo Apolinário sobre as manobras levadas a cabo pelos latifundiários da região. Não menos importante foi a opinião que o nosso interlocutor nos deu acerca da nacionalização da banca privada: «A nacionalização

da banca poderá dar uma grande ajuda à concretização da reforma agrária. Grande parte do capital agora pertencente ao Estado poderá reverter a favor dos trabalhadores para formarem as suas cooperativas, ou para prestar auxílio aos pequenos e médios agricultores que se mostram dispostos a colaborar na democratização do País, pela qual todos lutamos».

No capítulo da assistência social, Apolinário dos Santos adiantou-nos: «Só para que faça uma ideia, posso dizer-lhe que um trabalhador rural, quando está doente, recebe 30 escudos diários de baixa. O que são 30 escudos nos nossos dias? O subsídio de invalidez ou reforma é de 300 escudos mensais. Será isto humano? Tudo isto tem que ser resolvido. Na Casa do Povo de Almirim existem 7 médicos que trabalham por turnos. Ali, as consultas são praticamente grátis, mas se se chama um médico a casa, tem-se que pagar. Se precisamos de um especialista temos de nos deslocar a Santarém ou a Lisboa. Enfim, há que tomar soluções concretas que, por certo, virão a seu tempo».

Todos os problemas aqui levantados por Apolinário dos Santos podem servir de modelo demonstrativo da vida dos que trabalham a terra. Muito mais haveria para dizer, mas outras oportunidades surgirão.

Para terminar esta curta conversa, o nosso interlocutor faz o seguinte apelo: «O futuro deste país tem que ser construído pelos trabalhadores. A Comissão Directiva pensa que todos os trabalhadores rurais devem tomar consciência dos seus problemas e vir até ao Sindicato mais vezes. Devemos estar todos unidos contra a exploração capitalista. Temos de lutar por um Portugal mais justo, um Portugal de todos nós.»



16 Em assembleias como estas os trabalhadores rurais do distrito de Santarém, resolvem os seus problemas